



Colonização e Guerra Colonial em Moçambique: Influências nas Obras de Mia Couto

**Colonization and colonial war in Mozambique : Influences on Mia Couto
Works**

Gisele Krama¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir os principais aspectos do processo de colonização de Moçambique, os embates que culminaram na guerra colonial na segunda metade do século e como esses conflitos estão representados na obra do escritor moçambicano Mia Couto. Também analisa como se dá a construção dentro da ficção de uma narrativa marcada pelo trauma das guerras e como as memórias dos personagens se entrelaçam com um imaginário coletivo e do autor sobre as guerras.

PALAVRAS-CHAVE: literatura, colonialismo, memória, Mia Couto.

ABSTRACT: This article aims to discuss the main aspects of the process of colonization of Mozambique, the clashes which culminated in the colonial war in the second half of the century and how these conflicts are represented in the work of the mozambican writer Mia Couto. It also examines how is the construction within the fiction of a narrative marked by the trauma of war and how the memories of the characters intertwine with a collective imagination and a imagination of the author about the wars.

KEYWORDS: literature, colonialism, memory, Mia Couto

INTRODUÇÃO

Moçambique vive um processo de intensos conflitos desde os embates que deram início à fase mais violenta de colonização do território pelos portugueses no final do século 19. Enquanto se fortalecia a tentativa de dominação, o estabelecimento de uma estratificação social e a imposição do trabalho forçado, também crescia no imaginário de parte da população, principalmente de uma elite autóctone, o desejo de libertação, de criação de um estado independente.

A formação de uma elite nativa vinha em conjunto com as intenções de portugueses que referendar a dominação. Esse novo grupo social, chamado de assimilados – já que frequentava escolas e tinha costumes semelhantes aos portugueses – serviria de intermediário

¹ Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina.



entre nativos e colonizadores. Só que essa mesma elite, por uma série de fatores, passou a se perceber como africana, o quanto não seria vista igualmente pelos portugueses. Essa resignação fez brotar um sentimento de moçambicanidade e fomentou as primeiras tratativas para a libertação do país.

Todo esse processo desde a colonização até a guerra colonial que eclodiu na década de 1960 está fortemente representadas nas obras do escritor moçambicano Mia Couto. Não se trata de uma narração sobre o que aconteceu naquela época, mas da representação, via o imaginário dos personagens, do que aquela época impactou e ainda impacta na vida das pessoas. Que destroços são esses, que ruínas são essas que cismam em ficar sobre o solo, mesmo que o tempo e as condições os peçam para tombar? São feridas numa alma coletiva, em memórias destroçadas, fragmentadas e que se tentam reconstruir, se adaptar à realidade, procurando no passado um caminho diferente para o futuro.

COLONIZAÇÃO E GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE: INFLUÊNCIAS NAS OBRAS DE MIA COUTO

— Pois, vamos à questão que se coloca: os americanos vêm à busca dessa história dos escravos.

— Não diga que vêm buscar escravos, numa altura destas?, questionou o Barbeiro.

— Qual buscar escravos! Francamente, Mestre Arcanjo, escravos no tempo de hoje?

— Pois nunca houve tanto escravo no mundo.

— Estou de acordo com o barbeiro, ripostou Matambira. Isso não é boa ideia, o passado é coisa mal morta, o melhor é não mexer nele...

(COUTO, 2006, p. 130)

As palavras certeiras, irônicas e corrosivas do Barbeiro de Vila Longe, Arcanjo Mistura, ajudam-nos a entender o quanto esse passado colonial ainda está presente na vida dos moçambicanos. Se no começo de nossa jornada exploratória sobre a produção de Mia Couto o personagem estava mais otimista a ponto de querer fazer um poema ao lugar que acabara de chegar, agora está reticente com a possibilidade de rememorar com mais afinco as feridas causadas pelo colonialismo e que cismam em não cicatrizar. Muito mais do que isso, ainda doem e sangram nas lembranças de quem, como Arcanjo, lutou para a libertação do país.

O espectro do colonialismo chegou até a região onde é Moçambique ainda no século 16. A ameaça cruzou o mar e adentrou a terras africanas levados pelo mesmo vento que outrora soprava as poeiras do chão que seria flagelado por muitos séculos de exploração. Os



fantasmas vinham de Portugal, queriam riquezas e braços para que pudessem levar para o serviço pesado no além-mar. Começaram buscando marfim e escravos, como explica Thomaz (2002). Depois veio a tentativa de civilizar aqueles que os “civilizados” europeus acreditavam ser degenerados e que deveriam encontrar a redenção pelo trabalho forçado.

Podemos perceber as contradições da dominação em dois momentos da obra *O Outro Pé da Sereia*, com os navios que saíram de Goa, na Índia, e seguiam rumo à África. Na primeira passagem, padre Antunes questiona o motivo de enviar uma missão evangelizadora para terras desconhecidas. Na segunda parte, D. Gonçalo explica os motivos entendidos pela igreja para a escravização dos negros. Em ambos os episódios, o tempo ficcional é o século 16.

—Tem sentido irmos evangelizar um império de que não conhecemos absolutamente nada?

— Você está cansado e o cansaço é inimigo do bem pensar.

— Pois eu nunca estive mais lúcido. Já pensou bem? Estamos descobrindo terras que nunca conheceremos, estamos mandando em gente que nunca governaremos. (COUTO, 2006, p. 160)

....

— Sabe, D. Gonçalo, o que levamos no porão das naus?

— Sei, são mercadorias.

— Nada disso, D. Gonçalo. Nós carregamos é o Diabo.

— Cruz credo, padre Antunes. Tenha tento nas palavras.

— É isso mesmo. É assim que fazemos nas conquistas: primeiro, segue o Diabo; só mais tarde é que enviamos Deus.

— As suas palavras são pecaminosas, meu filho.

— Desça lá baixo e veja com seus olhos, proferiu em desafio (...)

— Esses escravos, como você lhe chama, é um meio dos gentios se disciplinarem...(COUTO, 2006, p. 161/162).

Contudo, o processo de dominação se deu aos poucos, em passos não tão apressados entre os séculos 16 e 18, quando o interesse de Portugal estava voltado muito mais para outro lugar: o Brasil. Parte do território onde está hoje Moçambique foi cedida aos Ingleses, “parceiros” do povo lusitano, que ajudaram em muitos momentos a impedir que outros países invadissem as terras tomadas por Portugal. Em contrapartida ao apoio, empresas britânicas exploraram estas áreas com total autonomia, tanto que chegaram a impor regras e moedas próprias. Vários povos ficaram à mercê deste entrecruzamento de interesses que vislumbravam o mesmo horizonte: o da exploração da riqueza daquelas terras.

O século 19 chegou aspirando mudanças nada favoráveis aos interesses de Portugal. Primeiro a Inglaterra impôs a proibição do tráfico de escravos, em seguida o Brasil deixou de ser colônia. Duas grandes fontes de recursos estavam esgotadas e o país europeu precisava redefinir os objetivos já que entrava numa profunda crise, como aponta Thomaz (2002). Na



época, uma corrente anticolonialista interna chegou a vislumbrar outros caminhos, como o aproveitamento dos recursos dentro do próprio território lusitano, mas que não foi levado em conta pelo restante do país, acostumado com a exploração fácil de riquezas a ultramar.

Com a necessidade de buscar novas terras para explorar, Portugal volta sua atenção para África justamente no período em que jazidas de ouro foram descobertas na África do Sul e a bacia Congo foi aberta ao comércio internacional. Estava traçado o cenário perfeito para extração dos recursos africanos. A Conferência de Berlim, entre novembro 1884 e fevereiro de 1885, foi determinante para o rateio do continente entre os países europeus que mais tinham condições de controlar os recursos humanos (povos nativos) e os recursos físicos (riquezas).

Quando todo esse cenário de exploração se concretizou, no fim do século 19, começou então a verdadeira relação colonial entre Portugal e África, que durou até 1974, como avalia Thomaz (2002). Mesmo usando como argumento a lembrança da escravidão, é esse o período mais temido por Arcanjo Mistura durante o diálogo inicial. Também é esse espaço de tempo que Matambira, ex-boxeador, chama de passado mal morto, já que está ainda tão presente na memória.

A região onde hoje está estabelecida Moçambique desde início se apresentou como um lugar estratégico para o império português. Comercialmente, tinha ligações com os mercadores árabes, com o oceano Índico e o mar da China. Além de conseguir exportar alguns produtos, como o amendoim. Contudo, esse território também era visado pela Inglaterra, principalmente as baías de Lourenço Marques e de Beira, como informa Thomaz (2002). Apesar da parceria, o país britânico exigiu de Portugal alguns favores, principalmente a entrega de um vasto território que ligaria Angola e Moçambique, alvo do interesse europeu devido às matérias-primas ali existentes.

Contudo, a tomada das terras africanas não se deu sem resistência. O século 19 termina com um brutal conflito para “pacificar os indígenas” e de estabelecer o colonialismo em Moçambique, Angola, Guiné e Timor. A guerra ajudaria na dominação e na garantia de que os nativos cederiam ao trabalho forçado. Além da “pacificação”, a guerra serviu também para estabelecer o papel do indígena no projeto colonizador. O trabalho escravo deveria ser abolido, para não prejudicar a “imagem” de Portugal, mas isso não representava necessariamente que o trabalho forçado e a violência contra os nativos tinham acabado.

Não foram apenas as guerras de ocupação que marcaram o período mais sombrio da empreitada colonialista em África. Uma das épocas mais emblemáticas iniciou com a criação do Estado Novo em Portugal, na década de 1930, e terminou com a queda do fascismo em



1974. O período áureo do império português foi justamente nas primeiras décadas do salazarismo, como conclui Thomaz (2002).

Entre o Ato Colonial de 1930, a institucionalização do Estado Novo em 1933 e os anos subseqüentes à Exposição do Mundo Português em 1940, encontraremos uma série de manifestações culturais que procuraram fazer de Portugal um “grande império colonial”. Congressos, literatura e exposições tinham como objetivo provar a existência de um “saber colonial português” e, ao mesmo tempo, fazer com que um conjunto de representações cruzasse os muros da academia na criação de uma “mentalidade” que transformasse todos os portugueses em partícipes de um drama que se realizaria plenamente nas terras longínquas do império: de uma nação que encontrou no império sua tradução e sua razão de ser. Um drama épico que logo se desfez em tragédia, pois já sabemos o final da história: a guerra (THOMAZ, 2002, p. 21/22).

Assim, se analisarmos de maneira linear as ocupações lusitanas em territórios estrangeiros, podemos dizer que Portugal teve três impérios ao longo da história. O primeiro deles, como cita Thomaz (2002), foi estabelecido no Oriente no século 16, representado principalmente pela Índia e que reflete em algumas obras de Mia Couto.

Em *O Outro Pé da Sereia*, a presença de um personagem goês e da escrava indiana Dia demonstra o intercâmbio étnico entre as colônias. O segundo se concretizou no Brasil entre meados do século 16 ao 18 e o terceiro em África no final do século 19. Mas cada um destes domínios foi constituído de maneiras diferentes, com lógicas expansionistas distintas, mas que se entrecruzaram em algum momento. Porém, o que foi mantido nestes três momentos foram os discursos de conquista, evangelização dos nativos como instrumento facilitador da dominação e a relação entre economia e civilidade, onde os nativos eram considerados inaptos a explorarem os recursos dos territórios onde habitavam.

Mas a reformulação dos planos de Portugal, fazendo voltar a atenção para a exploração de terras africanas, não foi comemorado apenas no país. A Europa, de um modo geral, celebrou a colonização destes territórios, ganhando apoio inclusive de cientistas e intelectuais da época. Não faltaram discussões nos jornais, grandes congressos internacionais, exposições e feiras em pavilhões etnográficos falando sobre as colônias. Isso mostra que havia interesse de não apenas explorar economicamente o outro continente, mas também havia o cuidado de criar todo um discurso para que houvesse apoio da população e para que os países colonizadores passassem imagem de benfeitores dos nativos, como confirma Thomaz (2002).

Tais eventos configuravam verdadeiros rituais, mobilizando as massas em torno dos ‘grandes feitos’ do Ocidente europeu. Nas exposições, em clima de festa, a humanidade se via representada como que num grande palco, no qual as diferenças e hierarquias se concretizavam em imagens, cheiros e sons que



legitimavam a arquitetura dos grandes impérios que se formavam então (THOMAZ, 2002, p. 39).

Não podemos discutir historicamente o colonialismo em Moçambique sem analisar também o legado deixado por esse sistema, principalmente aos povos que foram explorados. Uma destas marcas está na tentativa de apagar a cultura dos nativos e impor os costumes europeus. Esse movimento que não conseguiu apagar os hábitos dos indígenas e criou uma crioulanização, um misto entre o antigo, e o novo, mas também pode ser definido como transculturação, conforme Laranjeira (1985).

Podemos entender um pouco mais como se dá a transculturação imposta pelos portugueses pela explicação de Ortiz (*apud* LARANJEIRA, 1985). A primeira destas etapas seria aculturação propriamente dita do indígena (a aquisição da outra cultura), desculturalização (apagamento da cultura nativa) e neo-culturação (a criação de um novo sistema). “Ao conceito desculturação corresponde o de *cafrealização*, que encerra um sentido pejorativo de alguém de uma cultura etnocêntrica que assimila outra cultura tida como inferior ou primitiva” (LARANJEIRA, 1985, p. 97, *grifos do autor*). Podemos ler o adjetivo sendo usado pelos portugueses no livro *O Outro Pé da Sereia*, na fase em que a narrativa se passa no século 16:

Tudo fora nomeado como se o mundo fosse uma lua: de um só lado visível, de uma só face reconhecível. E os habitantes do mundo oculto nem o original nome de “gentios” mantinham. Designavam-se, agora, de “cafres”. A palavra fora roubada aos árabes. Era assim que estes chamavam aos africanos. Os cafres eram os infiéis. Não porque tivessem outra fé. Mas porque se acreditava não terem nenhuma. (COUTO, 2006, p. 62).

...

— Vai ver, D. Gonçalo, que, uma vez em terras do Monomotapa, descobriremos que os cafres não são nada disso, não são esses monstros que aqui nos falam...

— Deus o escute.

— Eu acho, com todo o respeito, que ele serão ainda piores.

— Como piores, padre Antunes?

— Vai ver que eles são iguais aos brancos. (COUTO, 2006, p. 254)

Como o auge da exploração foi entre os anos de 1930 e 1975, os embates em busca de libertação tomaram proporções maiores e unia todo o território durante o século 20, como aponta Thomaz (2002). Não se tratava mais só de evitar que o estrangeiro assumisse as suas terras, como nos séculos anteriores, mas sim de acabar com a dominação e a violência impostas pelo colonizador, inclusive com trabalhos forçados, humilhações e a expropriação dos nativos de suas terras tradicionais e jogados para lugares improdutivos para que o colono pudesse se dedicar à monocultura nas áreas mais férteis. A questão das terras foi bastante



emblemática já que a agricultura foi a principal fonte de riqueza estável nas colônias africanas.

Por causa da proteção dos privilégios dos portugueses e dos poucos missionários que davam acesso aos autóctones à educação e ao saber moderno, muito poucos africanos puderam ter alguma mobilidade social e ansiar ser assimilado. Os poucos que conseguiram foram devido a uma intenção administrativa lusitana de ter uma pequena elite africana que, em troca de alguns benefícios, se tornasse intermediária entre dominador e dominado. “Os assimilados deveriam ser uma prova viva, essencialmente ritual, da ‘missão civilizadora’”. (CABAÇO, 2009, p. 120).

Mas essa elite africana percebeu que também era um grupo marginalizado e passou a se organizar para reivindicar direitos. Essa pequena burguesia africana se juntou com intelectuais e emigrantes para fundar as bases que culminaram na independência do país. Esse processo passou também pelas esferas religiosas, tendo subsídio inicialmente nas igrejas protestantes que, diferente da Igreja Católica, não tinham vínculo tão estreitos com o sistema colonial. Essas igrejas valorizavam a sua fé e propagavam em línguas locais e com base nas culturas locais.

Apesar dos missionários protestantes também serem portadores de conceitos civilizacionais ocidentais, eles não tinham como os católicos a missão de erradicar a cultura dos autóctones e substituir pela dos portugueses. Eles pregavam que os nativos deveriam ter acesso à modernidade ocidental e aos novos valores, conforme a estrutura cultural permitisse. A Missão Suíça, que referenciou alguns dos dirigentes nacionalistas de Moçambique, como Eduardo Mondlane, foi uma das mais importantes no incentivo à independência, como destaca Cabaço (2009).

O Islamismo, religião presente em Moçambique desde o século VIII por causa dos mercadores, também teve seu papel no estímulo à libertação. Assim como decisões da própria Igreja Católica que levaram padres que não tinham experiência colonial para o país e que denunciaram a violência da repressão e fizeram aumentar o clima de contestação. Esses novos missionários introduziram reformas como a utilização das línguas nativas na celebração das missas.

Os movimentos de libertação dos territórios colonizados começam a borbulhar após a Segunda Guerra Mundial, principalmente no período entre 1957 e 1967, como explica Laranjeira (1985). Neste caso, as gerações de artistas dos anos 40 e 50 foram importante para a ebulição a favor da libertação intelectual e depois política dos países colonizados. Ainda neste período, há um grande salto econômico em Angola e Moçambique “sem precedentes”



(THOMAZ, 2002, p. 92) e fazendo com que a Metrópole queira ainda mais manter controle sobre o território ultramar. A primeira guerra colonial explode em Angola em 1961, seguida de Guiné e Moçambique.

Segundo Fauvet e Mousse (2008), o sonho da liberdade tomou conta da população que conviveu até então com a pobreza, com a humilhação e com o trabalho forçado. De um lado estava uma elite branca, letrada e minoria e de outro, negros que na maior parte eram analfabetos e pobres. Eram raros os nativos que conseguiram estudar, como Eduardo Mondlane, o primeiro a conseguir doutorado e fundador da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).

Segundo Cabaço (2009), a visita de Eduardo Mondlane entusiasmou aqueles que já cogitavam a libertação do país. Na época, ele deixou as atividades como professor universitário para se dedicar à independência junto com intelectuais, estudantes e outros compatriotas. O sonho de acabar com o colonialismo e conseguir a independência reúne as mais diferentes pessoas e todas as regiões em torno do movimento. Inicia a primeira tentativa de formar uma nação, com uma nova identidade, uma moçambicanidade.

Segundo Mbembe (2014) a descolonização foi um acontecimento político onde havia uma vontade de comunidade, uma vontade de viver. A ação pode não ter sido aceita no começo, sendo recebida inclusive com zombaria, mas cresceu o número de pessoas dispostos a lutarem por essa utopia. Neste sentido, o autor traz o termo “sair da grande noite”, que seria uma tentativa de provincializar a Europa dentro daquilo que pregava Fanon, onde o continente representante dos ideais ocidentais falava do homem, mas causava sofrimentos à humanidade.

Fanon não propunha apenas que não se “seguisse” essa Europa: propunha “largá-la” porque a sua trama tinha chegado ao fim. Afirmava que tinha chegado o momento de passar “outra coisa”. Daí a necessidade de retomar a “questão do homem”. De que forma? Marchando, “todo o tempo, de noite e de dia, na companhia do homem, de todos os homens”. Era isso que fazia da comunidade descolonizada uma comunidade em movimento, uma comunidade de militantes, uma enorme caravana universal. Para outros, essa vasta companhia universal não poderia concretizar-se através de um afastamento da Europa, mas sim dedicando-lhe um olhar atento e compassivo, restaurando o suplemento de humanidade que tinha perdido. (MBEMBE, 2014, p. 20/21)

Após a morte de Mondlane, a Frelimo apresentou divisões profundas durante a guerra de descolonização. Postos de comando foram assumidos por militantes do Sul do país, que tinha maior desenvolvimento econômico e acesso à educação. A ação foi recebida com questionamentos por lideranças de outras regiões, acusando-os até de cometer crimes para se



manterem no poder. Divisão que se mantém até hoje no país e que ainda causa rupturas na frágil democracia do país.

Conforme Fauvet e Mousse (2004), a libertação de Moçambique dependeu também da Revolução de 25 de Abril em Portugal, que depôs Marcello Caetano. O teve participação de moçambicanos e a expectativa era de que a guerra colonial tivesse fim com a queda do fascismo. Uma das figuras-chaves do golpe foi Otel Saraiva de Carvalho, nascido em Moçambique e apoiador da Frelimo. Contudo, quem assumiu foi António Spínola, que não tinha intenção de entregar o poder das colônias aos movimentos de libertação. Com a queda de Spínola quatro meses depois de se tornar presidente, os portugueses aceitaram entregar o poder do país ao movimento libertário.

Em setembro de 1974 é assinado um acordo de cessar fogo e no ano seguinte o acordo que fez surgir Moçambique como um estado soberano. A guerra de libertação deu destaque para um dos políticos mais carismáticos do partido, Samora Machel que, além de contar com o aceite da população, tornou-se referência entre intelectuais de Moçambique e no exterior.

O establishment branco, normalmente mais ocupado intelectualmente com os acontecimentos na Europa ocidental e nos EUA, deu-se conta de que estava em África. Da noite para o dia, a esquerda branca interrompeu suas leituras de Marx e Gramsci para passar a ler sofregamente os textos de Amílcar Cabral ou de Samora Machel. (FAUVET e MOUSSE, 2004, p. 50).

Nesse período, a literatura moçambicana passa por um conflito: de um lado estava o movimento de combate e de outro estão os projetos estéticos universalizantes que estavam circulando pelas áreas urbanas. O que prevaleceu no início foi o discurso militante, político, refletindo as comemorações da vitória. Surgiram obras que foram censuradas durante o colonialismo e que somente naquele momento poderiam chegar ao público. É nessa mistura entre livros que denunciavam o sofrido passado colonial e a que exalta o presente e o futuro, surge então um jovem escritor chamado Mia Couto ao publicar discretamente seu primeiro livro de poesia. A obra sofreu crítica velada de alguns setores já que em época exaltação da coletividade, ele optou por tratar do individual, da busca pessoal das novas identidades.

Enquanto Mia Couto coloca a busca por identidade no plural, destacando a pluralidade do país, havia em contrapartida uma tentativa de homogeneização, de querer criar apenas uma identidade nacional, como destaca Cabaço (2009). Essa intenção partia do novo Estado que estava se consolidando e que fazia a construção a partir de tradições – tanto as que de fato existiram quanto outras inventadas – para compor um mito fundante. Contudo, essa formação implica em classificar e hierarquizar uma sociedade fragmentada e que foi balizada por muitos anos por conceitos coloniais e raciais. Tenta-se, mesmo dentro de um governo



independente e civil, delimitar quem é ou quem não é, quem pertence ou quem não pertence, num exercício claro de poder.

Essa catalogação identitária já está nos primórdios da fundação de Moçambique, com a empreitada colonial. Segundo Cabaço (2009), a derrota dos grandes impérios moçambicanos pelos portugueses culminou no fracionamento da população em etnias, num movimento que os separava politicamente e que lhes dava menos poder, fazendo-os acreditar que a sociedade moçambicana sempre foi dividida daquele jeito. “Na realidade, o colonialismo, enfraquecendo pela divisão das populações nativas, procurou assegurar que a estrutura bipolar que a dominação e a exploração instituíam não poria em discussão o poder, a vida, os bens e os projectos dos colonos” (CABAÇO, 2009, P. 22).

Esse contexto torna-se propício também para que haja a implantação do racismo, onde um grupo pode se autoproclamar superior, referendando-se na hierarquização das pessoas e na regulamentação das relações de poder. A cor da pele é usada como argumento para os governos coloniais para impedir o acesso da população autóctone a funções administrativas e a ter acesso ao poder. Assim, o controle de tudo ficava apenas aos portugueses, baseados numa política multirracial, cabendo aos nativos apenas as funções inferiores e ao trabalho pesado, segundo essas divisões.

A inferioridade criada pelos portugueses para definir a população nativa caracterizava-os como não civilizados e legitimava ações num processo de assimilação que nunca terminava. Atos como padrões determinarem punições físicas aos empregados durante a década de 1960 pareciam normais ou toque de recolher para os negros obrigatório às 21h, mesmo que o regime escravocrata tivesse terminado no século 19, mantendo no lugar o regime laborista, cujo principal aspecto era o trabalho forçado. A diferença entre um e outro é que anteriormente o escravizado era propriedade de alguém, um capital investido, enquanto o trabalhador forçado era utilizado apenas para expropriação da capacidade produtiva. Quando a força se exaurisse, haveria uma substituição por outro, sem encargos para o colono, como explica Cabaço (2009).

Com a revolução moçambicana e a queda do fascismo em Portugal, começou um êxodo da população branca de Moçambique. Em um ano e meio, cerca de 90% deste grupo havia deixado o país, mas junto com eles, os gestores mais experientes estavam indo embora. Quem passou a ocupar os cargos tinham pouco conhecimento técnico, mas traziam o sonho de que as coisas iriam melhorar. Esse processo também foi sentido na imprensa, já que os propagandistas do regime colonial haviam fugido. Mia Couto, que trabalhava no jornal *Tribuna*, diário contra o regime, foi nomeado diretor da *Agência de Informação de*



Moçambique e depois se tornou diretor da revista *Tempo*, onde passou a ter conflitos com a Frelimo.

Se no começo o partido contava com respaldo da população, depois começou a ser minado principalmente pela pequena burguesia que se formou em Moçambique e que tentava assumir os espaços deixados pelos portugueses. Esse grupo obteve os melhores salários, lugares no governo e no partido. Abuso de poder, corrupção e desorganização se tornaram comuns na administração. Essa classe que assumiu o comando se tornou repressiva, principalmente com os mais pobres. Enquanto alguns partidários queriam manter a ideologia de esquerda e as concepções que fizeram vencer a revolução, outros caíam em contradição ao adotar práticas dos colonizadores.

Fauvet e Mousse (2008) exemplificam essa discrepância que se estabeleceu em Moçambique com medidas como a lei do chicote, que trouxe novamente o castigo para alguns crimes. A regra foi criada sem ter passado em plenário com temor de que alguns deputados pudessem se opor. A pena de morte também foi ampliada, já que antes era usada apenas nos casos de alta traição e terrorismo, e passou a ser aplicada em crimes como contrabando, roubos à mão armada e violação.

Neste contexto, teve-se a noção de que um inimigo fora derrubado, o colonialismo, mas outros estavam a despontar. Problemas não previstos minaram as tentativas de recuperar o país, como a corrupção e a falta de responsabilidade social. Tanto Moçambique quanto Angola, analisados por Chaves (2005), passaram por um período de sonhos e utopia em 1970 e se depararam com a desoladora realidade dos anos de 1990. Foram décadas de guerras, tentativas de paz, massacres no campo e um lugar onde as pessoas aprenderam a conviver com a precariedade.

Esses novos governos nacionalistas africanos ao deporem os governos coloniais também se apropriaram da ideologia colonial e racista para governar. A primeira ideia é de que a colonização foi um processo de conquista, de civilização de uma raça a outra. Grupos de luta pela independência internalizaram a crença de que toda a história se resume a uma luta de raças e que seria a matriz das relações de classe. Para isso, os governos nacionalistas fizeram uma inversão onde acreditavam que para se emancipar precisava depurar a sociedade da outra raça (nos casos os brancos), invertendo as propriedades para restituir aos africanos com aquilo que foi perdido, como terras, tradições e dignidade.

O segundo elemento do colonialismo apropriado pelos governos nacionalistas é a junção de política e guerra. Quando os colonizadores foram derrotados nas guerras coloniais, os governos que se estabeleceram foram negros, criando uma classe dominante. A partir disso



estouraram as guerras civis com negros questionando a governabilidade de negros e onde “os movimentos de libertação utilizaram a violência como elemento complementar de uma estratégia de negociação e de compromisso fundiariamente políticos” (MBEMBE, 2014, p. 185/186).

Passado meio século da libertação colonial, pouco há ainda para se comemorar e ganhos afetivos para a sociedade, segundo Mbembe (2014). É preciso reformular quase tudo e os povos precisam de uma transformação radical na política, na economia, socialmente e mentalmente. Apesar de todos os problemas, o autor é otimista ao dizer que o continente africano está à beira de mutações, já que conta com uma grande população, fluxo de novos imigrantes como os chineses, processo de urbanização, a implementação de uma diáspora empreendedora e uma renovação religiosa.

Mas ainda há muito para ser superado, como uma cisão entre campo e cidade, que já vinha desde a época do colonialismo e que se tornou ainda maior depois das guerras. Segundo Cabaço (2009), a área urbana se erguia como símbolo da modernidade enquanto a área rural era destacada pela tradição e pela autenticidade. Durante os primeiros anos de libertação, a Frelimo não soube lidar com as diferentes identidades existentes no país e, por isso, não conseguiu implantar uma unidade nacional. O movimento de libertação encarou os espaços onde era possível dialogar a tradição com a modernidade como uma área de contaminação colonial, colocando este processo como inimigo, aprofundando ainda mais a diferença entre as elites urbanas que mantêm o poder político e as populações rurais marginalizadas.

Essa falta de diálogo e de interesse do partido de resolver os problemas sociais fez com que Mia Couto entrasse em conflito com a Frelimo entre o final dos anos de 1980 e começo de 1990. Na época jornalista, ele chegou a ser chamado de “inimigo” do partido. O episódio o deixou furioso porque considerou apenas estar apontando a realidade social do país, onde pessoas estavam morrendo de fome. Entre as acusações estava o fato de que o colonialismo e a opressão ainda não tinham cessado após anos de independência. Segundo Mia (*apud* SARAIVA, 2013), apenas mudaram os executores. “O actual colonialismo dispensa colonos e tornou-se indígena nos nossos territórios” (p. 366). Uma democracia de fato ainda não havia sido conquistada pelo povo moçambicano.

Mbembe (2014) destaca três fatores para garantir a democratização da África, sendo eles uma economia política autônoma; um imaginário do poder, da cultura e da vida e estruturas sociais capazes de fazer modificações profundas. Esses três aspectos são importantes para sanar antigas feridas, como a exploração econômica voraz que se abateu no



continente, principalmente no século 20, para aplacar os ataques xenófobos e as lutas étnicas e estabelecer um fortalecimento político e combater as eleições fraudulentas.

Os problemas políticos e econômicos, além dos cenários de guerra, causaram fluxos migratórios intensos em África. Esses corredores de passagem de pessoas criaram um mundo paralelo de convivência, espaços de clandestinidade e acesso informal aos bens, como terra. Ficando as populações vulneráveis a ações de xenofobia e também a práticas ilegais de setores vinculados ao institucional e ao mercado informal, criando um cenário permanente de instabilidade e não permitindo que os migrantes de fato possam se vincular ao novo lugar. Segundo Mbembe (2014), esse fluxo migratório foi responsável por implantar novas diásporas africanas no mundo e também dentro do continente.

Assim, os anos de 1990 consolidam a desilusão dos intelectuais, principalmente escritores e outros artistas, com o projeto de libertação idealizado nas décadas anteriores e que culminou na guerra colonial. As disputas ainda aconteciam internamente, as propostas políticas se esvaziaram e não houve como articular a tradição e a modernidade neste cenário. Tentou-se mais uma vez buscar nas experiências já vividas a compreensão do que estava acontecendo e nas produções mais recentes percebe-se uma geração de escritores e intelectuais moçambicanos que analisa criticamente, mas que está abrindo mão das possibilidades de futuro criadas utopicamente em anos anteriores. Essa desilusão vem embalada pelos problemas dentro do governo da Frelimo junto com os conflitos que tomaram conta do país e culminaram numa guerra civil. Tudo isso somado ao que Chaves (2005) chama de gestos e condutas culturais deixadas pelo colonialismo, que ainda não tinha sido apagados das mentes do povo.

CONCLUSÃO

Tanto a crença num futuro melhor quanto a desilusão dos anos posteriores à independência fizeram com que autores moçambicanos deixassem rastros evidentes da situação política e social do país em suas obras. Os livros de Mia Couto dão conta destas mudanças entre o fim dos anos de 1980 até agora e amenizam a euforia que se iniciou na década de 1970, com o entusiasmo da libertação colonial, ao destacar as contradições entre o passado e a realidade ainda sofrida do povo moçambicano, mostrando um futuro incerto.

A maior parte das obras de Mia Couto se passa em Moçambique no período pós-guerra colonial (após 1975) e após a guerra civil – que iniciou logo depois da implantação do



governo da Frelimo e durou até o início da década de 1990, como citam Fauvet e Mousse (2008). Para acabar com o conflito civil, a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) se transformou em um partido político, podendo disputar eleições legislativas e executivas. Mas apesar destas batalhas terem acabado formalmente, os rastros continuam na vida das pessoas. O embate colonial ainda está presente nos vestígios deixados tanto pelo sistema colonial quanto nas perdas durante o conflito de libertação. Já a situação com a Renamo continua instável à medida que a qualquer momento o partido pode voltar à sua prática mais violenta e atacar vilas como aconteceu num passado recente.

As cicatrizes podem ser percebidas em obras como *Terra sonâmbula*, que traz claramente a temática da guerra com princípio norteador da narrativa ou em *A varanda do frangipani*. No primeiro livro, a narrativa aborda a trajetória de um menino e um idoso que caminham da saída de um campo de refugiados até um lugar onde possam encontrar um alento para tempos tão difíceis. A jornada nos mostra o quão impactante os conflitos se tornaram para o país e as marcas que ficarão registradas ainda por muito tempo na vida e na memória das pessoas. Já a outra obra, escrita pouco tempo depois da primeira, sai dos resquícios visíveis, mesmo que poeticamente, para os intangíveis, para a memória. Surge a necessidade de seguir em frente após o conflito e as histórias dos velhos no asilo remete para a necessidade de olhar para trás, para os vínculos que se tornaram mais frágeis com a aspereza da guerra. O passado se apresenta ao presente pela lembrança dos idosos, que relatam esse antigamente antes dos conflitos, mas as minas ao redor do asilo, e que os impede de sair, não deixam esquecer o terror. Em *O Outro Pé da sereia* (2006) também é possível perceber o que o presente ainda guarda das guerras de outrora:

À entrada de Vila Longe, os americanos estranharam o estado de destruição dos edifícios, como que mastigados por uma apocalíptica voragem.

—*Tudo isso foi destruído pela guerra?*, inquiriu Rosie.

(COUTO, 2006, p. 143)

[...]

Como aceitar que Vila Longe já não tinha gente, que a maioria morreu e os restantes se foram? Como aceitar que a guerra, a doença e a fome, tudo se havia cravado com garras de abutre sobre a pequena povoação? Vila Longe cansara-se de ser mapa. Restavam-lhe as linhas tênues da memória, com demasiadas campas e nenhuns viventes. (COUTO, 2006, p. 330)

Como ficou claro, Mia Couto não se furta de marcar em suas obras o terror ainda presente na memória da população do que representou cada uma das guerras e o vazio deixado pela destruição. Também busca encontrar motivos para seguir em frente, mesmo que não saiba ainda qual é esse futuro, já que os dias sonhados no calor do combate de libertação não existem mais em Moçambique.



REFERÊNCIAS

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: Unesp, 2009.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: Experiência Colonial e Territórios Literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

COUTO, Mia. *O Outro Pé da Sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *A Varanda do Frangipani*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FAUVET, Paul; MOUSSE, Marcelo. *É Proibido Pôr Algemas nas Palavras*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

LARANJEIRA, Pires. *Literatura Calibalesca*. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África Descolonizada*. Luanda, Angola/Magualde, Portugal: Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2014.

SARAIVA, Sueli. Pensamentos e Outras Interinvenções: A Crítica Empenhada de Mia Couto. In CAVACAS, Fernanda; CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia (orgs.). *Mia Couto – Um Convite à Diferença* São Paulo: Humanitas, 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o Teceiro Império Português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

Data de recebimento: 29/03/2016

Data de aprovação: 15/06/2016